



Eixo: Classes sociais, geração e Serviço Social
Sub-eixo: Envelhecimento

ENVELHECER NA RUA: UM DESAFIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

RONNEY LIBERATO DECROZZI¹

MARIA VIRGINIA RIGHETTI FERNANDES CAMILO²

Resumo: O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial, e o Brasil também vive essa transição demográfica. O fenômeno instigou a busca pelo conhecimento sobre o processo de envelhecimento da população que vive nas ruas. Este artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso com objetivo de apresentar estudo de natureza qualitativa sobre a população idosa que vive em situação de rua no município de Campinas SP, conhecendo as estratégias de sobrevivência, o acesso aos serviços das políticas públicas de assistência social e saúde, e os desafios enfrentados no processo de envelhecimento nesse contexto.

Palavras-chaves: Idoso. População em situação de rua. Políticas públicas.

Abstract: Population aging is a global phenomenon, and Brazil is also experiencing this demographic transition. The phenomenon instigated the search for knowledge about the process of aging of the population living on the streets. This article is a cut of the Work of Completion of Course with the objective of presenting a qualitative study about the elderly population living in a street situation in the municipality of Campinas SP, knowing the strategies of survival, access to the services of the public policies of social assistance and health, and the challenges faced in the aging process in this context

Key-words: elderly, street population, public policies.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial que atinge não somente os países desenvolvidos, bem como os países em desenvolvimento. Neste sentido como se configura o processo de envelhecer na rua? Foi identificando essa dimensão que buscamos elaborar o trabalho de conclusão de curso em serviço social em 2017, que dá origem a estas reflexões.

Segundo Silveira (2009) o primeiro Censo realizado sobre a população em situação de rua foi realizado em agosto de 2007 e março de 2008, por meio de um

¹ Profissional de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. E-mail: <decrozzi@hotmail.com>.

² Professor com formação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica De Campinas.

levantamento das demandas assinaladas pelos movimentos sociais, Organização Não Governamental - ONG e órgãos governamentais, que trabalham com essa questão.

Nesse primeiro Censo o levantamento abrangeu um conjunto de 71 cidades brasileiras, na qual fizeram partes 48 municípios e 23 Capitais. A pesquisa aponta os resultados encontrados entre a população de rua, sendo estes, a predominância de homens (82%) em relação às mulheres (SILVEIRA, 2009).

De acordo, com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA em seu levantamento da estimativa da população em situação de rua no Brasil realizado no ano de 2016, ressalta que o Brasil não conta com dados oficiais sobre quantas pessoas utilizam-se as ruas como espaço de moradia (IPEA, 2016).

Desta forma, o IPEA utilizou-se dos dados disponibilizado pelos 1.924 municípios via Censo do Sistema Único de Assistência Social – Censo Suas e o CadÚnico para os Programas Sociais do governo federal – Cadastro Único. Estima-se que em 2015 existiam, 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil³, sendo deste total, dois quintos (40,1%) que habitam em municípios com mais de 900 mil habitantes, e três quartos (77,02%) habitam em municípios de grande porte, com mais de 100 mil habitantes. Por sua vez, considera-se que nos 3.919 municípios com até 10 mil habitantes, existam 6.757 pessoas em situação de rua, (6,63% do total). Ou seja, a população em situação de rua se concentra fortemente em municípios maiores (IPEA, 2016). Com isso:

O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (Ciamp-Rua), instituído em conjunto com a Política Nacional para a População em Situação de Rua via Decreto no 7.053/2009 (Ricardo, 2013), solicitou ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que incluísse a população de rua no Censo de 2020. Como etapa preparatória, o IBGE realizou um pré-teste no município do Rio de Janeiro em 2014 (IBGE, 2014), que apontou diversas dificuldades em incluir este público no próximo censo. Ressalte-se, em particular, a dificuldade observada pelo IBGE em realizar pesquisas com populações sem domicílio fixo, o que exige metodologias de amostragem, logística de campo e abordagem do entrevistado bastante distinto do padrão usualmente utilizado por esta instituição (IPEA, p.08, 2016).

Assim, para a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica – FIPE, a cidade de São Paulo apresenta o Censo da população de rua no ano de 2015 com 7.335

³ O governo Federal incentiva os municípios a reconhecer melhor a pessoas em situação de rua, frente a isso, recomenda-se que essa população seja incorporada ao Censo Populacional no ano de 2020.

peças vivendo nas ruas, em relação à faixa etária os idosos de 65 anos ou mais são de 122 em situação de rua (FIPE, 2015).

Conforme, apresentado por Marchesini (2016) no Relatório de Informações Sociais do Município de Campinas, realizado anualmente em parceria com a rede co-financiada de assistência, apresenta indicadores sobre a População em Situação de Rua, feito por contagem. O perfil assinala gênero, escolaridade, tempo em situação de rua, documentos, entre outros. Campinas teve um aumento de pessoas em situação de rua, pois em 2015 eram 563 e em 2016 foram 623 vivendo na rua. São no geral do sexo masculino 85%, sendo que a faixa etária predominante entre 25 e 60 anos são 82%.

Essa população em situação de rua busca ocupar espaços públicos, que favoreçam sua sobrevivência, em lugares movimentados, seja em bairros centrais ou centro comercial, passando a atribuir um novo sentido à rua, como sendo um lugar para adquirir os recursos de alimentação, abrigo e trabalho. Dessa forma, os moradores em situação de rua, começam a ser estigmatizados, indesejados, e assim são afastados dos locais públicos (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992, TIENE, 2000).

O Estado, através das políticas instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua – PNPSR (2008) que tem por objetivo regulamentar serviços essenciais para estas pessoas que estão em situação de rua. Com isso, existem serviços de acolhimento para essa população, que tem como finalidade garantir os direitos, seja, para o acesso aos serviços de saúde, educação, entre outros, no qual essas pessoas idosas que estão na rua, podem usufruir.

Neste sentido, a luta por direitos é um processo que os assistentes sociais buscam garantir para a população, conforme prevê o Projeto Ético Político da Profissão. Para os idosos em situação de rua, é importante que o trabalho profissional seja desenvolvido para analisar as demandas, respeitando suas singularidades. Deste modo, é importante que os assistentes sociais conheçam a realidade desta população em situação de rua, para que olhe este sujeito não somente como alguém que tem direito à proteção social, mas sim como quem tem uma história a ser contada para outras pessoas, visto que escutar as experiências dos mesmos, sobre suas vivências⁴ pode transformar a maneira que a sociedade os olha.

⁴ Durante a pesquisa a campo, deparei com história de pessoas com formação de nível médio e superior, ou seja, profissionais; biólogo, contador, caminhoneiro, entre outros.

1. Envelhecimento populacional e População Idosa em Situação de Rua

Compreende-se que envelhecemos de diferentes maneiras e de diferentes condições, de modo que é um processo que devemos levar em consideração os marcadores sociais como etnia, gênero, entre outros. A velhice é uma experiência que acontece e se processa de formas diferentes tanto para os homens quanto para as mulheres, envolvendo questões econômicas, sociais, e demais aspectos (BERZINS, *apud* SILVA 2016).

O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial, assim, o número de idosos no Brasil será quadruplicado até o ano de 2060, conforme a tendência de envelhecimento acelerado da população como é apontada por demógrafos de acordo com o IBGE⁵. Essa faixa etária deve passar de 14,9 milhões (7,4% do total), em 2013, para 58,4 milhões (26,7% do total), em 2060, situação essa que deve aumentar a média de vida dos brasileiros dos atuais 75 anos para 81 anos, sendo que, as mulheres viverão mais do que os homens, no qual em 2060 a expectativa será de 84,4 anos, já os homens serão de 78,03 anos. Visto que, nos dias atuais, as mulheres vivem em média, até os 78,5 anos, enquanto os homens, até os 71,5 anos (IBGE, 2013).

A partir das projeções etárias é possível analisar, que a população idosa irá quadruplicar de 2000 a 2060, a população brasileira estará com um aumento significativo de idosos.

Frente a isso, na sociedade em que vivemos ser velho na maioria das vezes significa estar excluído de vários lugares sociais. Outro significado de velho relaciona-se à identidade social em que se constrói por uma contraposição à identidade de jovem (NETTO, 2005). Desta forma, o envelhecimento é um processo irreversível, que está relacionada ao tempo entre nascimento e a morte do sujeito, ou seja, é durante a nossa vida inteira que passamos pelo processo (NETTO, 2005).

No Brasil existem altos índices de vulnerabilidade e desigualdade social, de modo que a população idosa encontra dificuldades, relacionadas ao acesso à saúde, dentre outros, assim como em relação às demais políticas públicas. Os avanços nas políticas públicas têm como horizonte a melhoria na vida desses idosos (GUTIERREZ, et. al., 2009).

⁵ Essa estimativa faz parte de uma série de projeções populacionais, baseada no Censo de 2010 divulgada pelo IBGE.

Acerca disso, entende-se que a população idosa tem direito a envelhecer de maneira digna, conforme descrito na legislação, que preconiza a garantia da proteção básica e também especial para o idoso. Desse modo, envelhecer está relacionado ao compartilhamento de responsabilidades da família, da sociedade do e Estado (SILVA, 2016).

Para a garantia dos direitos da população idosa, é aprovado o Estatuto do Idoso, respaldado na Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003 (BRASIL, 2003/2017), sendo destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos. Considera obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público, assegurar a essa população a efetivação dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à convivência familiar, a dignidade entre outros aspectos (BRASIL, 2003/2017).

O Brasil caminhou na direção de atenção à população Idosa através de serviços específicos nas políticas públicas como a saúde, assistência social, previdência, lazer e cultura. Entretanto, quando falamos na condição de envelhecimento é necessária atenção específica à população que vive na rua.

1.1. A Política Nacional para a população em Situação de Rua e a Política Pública para o Idoso

A Política Nacional para População em Situação de Rua - PNPSR (BRASIL, 2008/2017), emerge no cenário da implantação da Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004) que inscreve a assistência social no campo da seguridade social como Política Pública de direitos, o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, que organiza a prestação de serviços em níveis de proteção social: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social de Alta Complexidade. Neste sentido, a PNAS e o SUAS, estabelecem serviços para atenção à população em situação de rua, diante das situações de vulnerabilidades que se encontram.

Essa população vivencia a estigmatização da sociedade, e também do Estado, os quais no geral restringiam-se as práticas assistencialistas, de higienização social, autoritárias, entre outras. Perspectiva essa que não contribui para a reinserção dessas pessoas na lógica da família, do trabalho, da saúde, e demais esferas (BRASIL, 2008/2009).

A PNPSR busca garantir o acesso e direitos dos mesmos que se encontram em situação de vulnerabilidade, buscando resgatar a identidade deste sujeito que foi fragmentada diante da população que o estigmatiza, da situação que vivem.

1.2. Serviços de atenção à população em situação de rua

Existem alguns serviços de acolhimento para a população em situação de rua, que tem como finalidade garantir os direitos a esse público alvo, seja, para o acesso aos serviços de saúde, educação, entre outros. Um desses serviços conforme apresentado na cartilha Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro Pop (BRASIL, 2011) o Centro POP, que está previsto no Decreto Nº 7.053/2009 e também, no qual constitui-se em uma unidade de referência de Média Complexidade, de natureza pública e estatal:

As ações que são desenvolvidas pelo Centro POP e pelo Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua devem integrar-se às demais ações da política de assistência social, dos órgãos de defesa de direitos e das demais políticas públicas - saúde, educação, previdência social, trabalho e renda, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar e nutricional - de modo a compor um conjunto de ações públicas de promoção de direitos, que possam conduzir a impactos mais efetivos no fortalecimento da autonomia e potencialidades dessa população, visando à construção de novas trajetórias de vida (BRASIL, p.10, 2011).

O serviço de Alta Complexidade tem como proposta direcionar a população em situação de rua para Serviço de Acolhimento Institucional, desenvolvido em unidade semelhante a uma residência e/ou em unidade institucional de passagem, com o objetivo de construção de autonomia, entre outros (BRASIL, 2011).

Neste sentido, em relação aos serviços de acolhimento para a população em situação de rua, sejam, adultos, crianças, idosos, existem ainda as Instituições de Longa Permanência para Idoso - ILPI. Essas instituições atendem:

[...] idosos em situação de rua, público composto predominantemente por homens independentes para atividades de vida diária. Muitos idosos são ainda jovens e parcela significativa tem renda de um salário mínimo, o que não deveria habilitá-los para instituições. Entretanto, dada a falta de alternativas para esses idosos se autogerirem, os mesmos acabam demandando institucionalização, indo na contramão da tendência verificada nos países desenvolvidos (POLLO; ASSIS, 2008, p.37-38).

Com isso, esse processo de institucionalizar os idosos, pode acabar por romper com a sua própria autonomia, potencializá-los enquanto um cidadão de direito, ou seja, como um cidadão ativo.

Outras alternativas que emerge são os Centros de Convivência do Idoso - CCI que seria um meio de potencializar a autonomia, promover uma relação social saudável, garantir o direito do mesmo se relacionar socialmente com outras pessoas, e não o institucionaliza-lo. Assim, para Wichmann et. al. (p. 823, 2013) [...] *“os grupos de convivência são uma forma de interação, inclusão social e uma maneira de resgatar a autonomia, de viver com dignidade e dentro do âmbito de ser e estar saudável”*.

1.3. As contribuições do serviço social na perspectiva de efetivação dos direitos sociais da população em situação de rua

Em 1993 foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, possibilitando que a assistência social fosse reconhecida como política pública, direito dos cidadãos e como um dever do Estado. Com a PNAS em 2004 e aprovação por meio da Lei nº 11.258/05 há uma proposta que determina a inclusão obrigatoriamente da formulação de programas que ampare a população em situação de rua (MACHADO, 2014).

Essa nova Legislação LOAS (BRASIL,1993/2017), através do conjunto integrado de ações pública e da sociedade visa garantir o atendimento as necessidades básicas do sujeito, garantindo a execução de programas ou projetos voltados para o fortalecimento de movimento sociais, formação e capacitação, entre outros (BRASIL, 1993/2017).

O assistente social se inscreve nos espaços sócio/ocupacionais de gestão, planejamento e execução de políticas sociais. Assim, o Serviço Social tem na base de seu trabalho a atuação frente às expressões da questão social cotidianas na sociedade. Essa questão social é vista como conjuntos de desigualdade da sociedade capitalista. Frente a isso, os assistentes sociais trabalham com variados assuntos relacionados ao cotidiano, como família, saúde, assistência social pública, entre outros. (IAMAMOTO, 2004).

O trabalho dos assistentes sociais é um campo em que as desigualdades relacionadas ao desrespeito, aos direitos sociais estão presentes. Esse profissional trabalha na perspectiva da defesa e ampliação de direitos, com possibilidade de potencializar as políticas de atenção como os serviços (IAMAMOTO, 2004).

A questão social está presente em várias situações que chegam aos profissionais de Serviço Social, sendo necessidades e demandas das quais os usuários buscam na esfera da saúde, habitação, da assistência, previdência, na

situação dos moradores de rua, entre outros. *“Este reconhecimento permite ampliar as possibilidades de atuação e atribuir dignidade ao trabalho do assistente social, porque ele não trabalha com fragmentos da vida social, mas com indivíduos sociais que condensam a vida social”* (IAMAMOTO *apud* CFESS, p.53, 2012).

Assim, a intervenção profissional do assistente social, orientada pela análise, teórico metodológica, compromisso ético político e a dimensão técnico operativo, possibilita condições para que a população de rua caminhe no processo de construção como sujeito, de modo a exigir de os profissionais elaborar estratégias que de ações. O respaldo está no:

[...] Código de Ética Profissional indica um horizonte para o exercício profissional, um caminho a ser trilhado, com uma direção ética-política voltada para a liberdade, como um valor central, aliada à autonomia, emancipação e expansão dos sujeitos, reconhecendo a população como sujeito de direitos, valores e demandas legítimas (SANTOS; CORTEZ; OLIVEIRA, 2009, p.11).

O Serviço Social luta por uma sociedade de direitos, pautada em uma democracia, a favor da cidadania, opondo-se à violência, aos maus tratos, a humilhação social, discriminação, entre outros.

2. METODOLOGIA: os caminhos do estudo

Considerando que há um processo de envelhecimento populacional analisado na primeira parte deste trabalho, a questão norteadora do presente estudo é: Como é envelhecer na Rua? Quais as condições? Quais os serviços de apoio?

Estas questões sinalizaram para a proposta deste trabalho que tem por objetivos conhecer a população em situação de rua idosa, o acesso aos serviços de políticas públicas relacionadas. Inclui também o conhecimento sobre a atuação do assistente social nesta questão.

A presente pesquisa se desenvolveu a partir da abordagem qualitativa, pois a mesma considera os valores, crenças, motivos, entre outros, no qual busca descrever, compreender, explicar as relações dos fenômenos (GERHARDT et. al., 2009).

Em relação ao objeto estudado trata-se de uma pesquisa exploratório-descritiva, que proporciona maior familiaridade com os problemas pesquisados, possibilitando realizar um levantamento bibliográfico, e também realize a descrição dos fenômenos, envolvendo técnicas para coletas de dados, tais como questionários, observações sistemáticas entre outros. (GIL, 2002).

Os procedimentos técnicos empregados foram pesquisa bibliográfica, realizada junto às publicações de livros, artigos científicos, como também a técnica de levantamento, no qual pretendeu conhecer o comportamento do seu objeto de pesquisa. E a técnica da pesquisa participante, que há um desenvolvimento entre pesquisador e pesquisado (GIL, 2002).

O pesquisador procurou aproximar-se do universo da população em situação de rua, que inicialmente existiu uma certa resistência por parte dos mesmos, minimizada através de contatos com profissionais que trabalham com a população, restabelecendo confiança no diálogo.

2.1. Participantes da Pesquisa

Para estudar e conhecer trajetória do envelhecer na rua, o pesquisador conviveu por um período de aproximadamente quinze dias buscando estabelecer um vínculo com essa população e consequência disso, alguns se propuseram a conversar, porém nem todos aceitaram participar da pesquisa. Frente a isso foi realizado a pesquisa com quatro pessoas idosas - maiores de 60 anos, que vivem nas ruas no município de Campinas/SP. As entrevistas foram gravadas, seguindo um roteiro para nortear o diálogo com os entrevistados. Foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme prevê os pressupostos éticos da pesquisa. Este foi lido, explicado, e, entregue também aos entrevistados.

2.3. Procedimentos de Análise de Resultados

No presente artigo, foi realizado um recorte dos resultados obtidos através da coleta de dados, buscando apresentar o envelhecimento populacional das pessoas em situação de rua.

Considerando a metodologia dessa pesquisa, utilizou-se da técnica, sendo a primeira, pré-análise, está relacionada a documentos que foram selecionados para serem analisados, retomando objetivos iniciais da pesquisa.

A segunda, é exploração do material, que consiste em uma operação que classifica no sentido de alcançar a compreensão das entrevistas transcritas, criou-se as categorias de análise relacionando aos temas trazidos nas respostas dos entrevistados,

E por último, a terceira, se refere ao tratamento dos resultados obtidos e interpretados, em que foram realizadas interpretações do que foi trazido como

importante das entrevistas, embasando-se no referencial teórico desenvolvido na pesquisa (MINAYO, 2006).

Acerca disso, foram criadas quatro categorias de análise: 1) *Motivos para viver em situação de rua*, tendo como proposta apresentar os motivos que levaram as pessoas a ficarem em situação de rua. A separação aparece como um indicador relevante, associado à questão de uso de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas como o álcool/drogas e a perda de vínculos é uma questão relevante conforme apontam os entrevistados, entre outros aspectos, 2) *A vida na rua*, busca discutir sobre a questão como é viver em situação de rua, discorre que viver na rua, é sentir medo e se deparam com a dificuldade em dormir, dificuldade essa que pode estar relacionado com a violência que essa população em situação na rua encontra no seu dia-a-dia, 3) *Os serviços de acolhimentos e de proteção social para a população em situação de rua*, são apresentados os serviços de acolhimento que os entrevistados conhecem, e discutidos quais os direitos que esses serviços garantem para essa população 4) *As políticas públicas de atenção a população em situação de rua idosa e o trabalho do Assistente Social*, que discute as diretrizes, os serviços existentes na atenção a população em situação de rua idosa.

2.3. RESULTADO E DISCUSSÃO

A seguir será apresentado um recorte dos resultados obtidos nas entrevistas analisadas, no qual foi discutido a partir das referências pesquisadas relacionadas. A categoria de análise escolhida para aprofundamento neste artigo se refere às “*políticas públicas de atenção à população em situação de rua idosa e o trabalho do Assistente Social*”. Este recorte foi escolhido pelo fato do assistente social desenvolver seu trabalho junto à população, pelas políticas públicas. Neste sentido o assistente social é um dos profissionais que pode possibilitar o acesso aos serviços, direitos de cidadania previstos na legislação.

Em relação ao acesso aos serviços ofertados pelas políticas, os entrevistados mostram o quanto é difícil viver na rua, mesmo que existam leis que os reconheçam enquanto cidadãos. Nas entrevistas relatam que estar na rua é lutar para sobreviver. Por ter uma idade avançada e estarem com problema de saúde, as dificuldades se ampliam.

Deste modo, para garantir os direitos dessas pessoas em situação de rua, surge a PNPSR, que tem por objetivo envolver questões essenciais para essas pessoas que utilizam espaços da rua, como um meio de sobreviver, atribuindo neste

novo espaço público uma nova relação (BRASIL, 2009/2017). Em seu Art. 7º São objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua, (BRASIL, 2009/2017) “1 - assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda”.

Frente ao que foi apontado pelos entrevistados, pode-se considerar que o trabalho do Assistente Social junto com essa PNPSR, tem a possibilidade de lidar com essa questão do preconceito vivenciado. Pode-se ainda trabalhar com a população que envelhece na rua, como: desenvolver e ampliar a luta pelos direitos de maneira coletiva, estimulando o protagonismo dos sujeitos. Essas ações devem ser pensadas em conjunto, para progredir na construção da cidadania (SANTOS; CORTEZ; OLIVEIRA, 2009).

Em relação ao trabalho do Assistente Social na busca por garantir o acesso dessa população aos serviços de acolhimento, é importante, pois contribui para que essa população em situação de rua conheça quais são os serviços e o que eles visam realizar para os mesmos.

Frente a isso, os entrevistados apontam os serviços assistenciais em que foram atendidos. A seguir, serão apresentados trechos das entrevistas:

*[...] alimentação na verdade é... pra janta ou tomar banho vem aqui no Cidadania né?, quando a gente fazer alguma... **corre atráis de alguma coisa de algum documento eu procuro o Centro POP toma um banho. Lá eles dão café da manhã...** não é todo dia que eu vou, eu vou mais no final de semana, por que né? (Entrevistado A. Grifo do autor).*

*Então depois que eu vim conheci o Samim⁶ a minha vida mudo mudou graças a Deus, aqui eu encontrei assim gente que a gente vê que gosta da gente mesmo entendeu tô assim **necessidade de várias coisas que a gente ta encaminhando né como eu pedir meu auxílio doença é preciso de óculos dente** (Entrevistada C. Grifo do Autor).*

[...] pra mim, vou te falar pra mim, o Samim tá de parabéns, eu tenho mais que elogiar, eles têm um serviço muito bom, a gente é muito bem atendido né?... a comida não digamo que é de primeira, mas compartilha, os funcionário trata a gente muito bem... então oviamente eu só tenho que parabenizar o Samim (Entrevistado D. Grifo do Autor).

⁶ **SAMIM** - Serviço de Atendimento ao Migrante Itinerante e Mendicante. Vinculado com a Prefeitura Municipal de Campinas Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social Departamento de Operações de Assistência Social Coordenadoria Setorial de Acolhimento e Referenciamento Social.

Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br>

Os entrevistados apresentam em suas falas, os tipos de serviço de acolhimento assistencial que tiveram e/ou tem acesso, que são voltados para a população em situação de rua. Avaliam o serviço como algo que ajudou a mudar sua vida, que o serviço oferecido é bom, que o Centro POP e o SAMIM contribuem para melhorar a vida deles.

Sendo assim, pode-se analisar que o trabalho desenvolvido dentro destas instituições de acolhimento, conta com uma equipe além do assistente social, que deve buscar potencializar, garantir os direitos desta população. Visto que o idoso em situação de rua, além de sofrer com o preconceito por estar nestas condições sofrem outros preconceitos por tem mais que sessenta anos, por ser visto como inválido, que sua vida está no fim, entre outros.

Os entrevistados trouxeram a questão do preconceito que vivenciam por estarem em situação de rua.

Mas até hoje Deus tem me guardado comigo eles num mexe não né..
(Entrevistado A. Grifo do autor).

[...] mais a sociedade e os religiosos discrimina muito morador de rua. Porque como eu te disse, eles não sabem da minha profissão já foi chefe de escritório tudo, mais eles discriminam por eu não tá assim tão bem cheiroso né... entre aspas ne tão bem arrumado [...] é gravatinha etc., às vezes um pouco barbudo como você acabou de dizer agora a pouco, chega numa loja até eu me sinto com vergonha de chegar e me dirigir até algumas pessoas no escritório, no restaurante eu não me sinto à vontade de sentar, de almoçar ou jantar fazer uma refeição....por que nem sempre para mim parece que todos estão olhando... e falando de mim e não tão nem. Nem sempre é isso mas o sentimento que todos nós temos que passa alguém olha a gente já fala assim aquele cara tá olhando pra mim porque o morador de rua esta escrito na testa, esta escrito na testa morador de rua, esta escrito na testa (Entrevistado B. Grifo do autor).

[...] a gente encontra muito, muito preconceito ninguém que a gente perto porque tá com mau cheiro por que é velho entendeu. É a gente às vezes assim procura fazer alguma coisa até pra ver si entregar um papelzinho por exemplo, mas ninguém queria a gente porque já tá com a idade não vai aguentar ficar em pé tanto tempo ou então tá mal cheiroso então não querem não (Entrevistada C. Grifo do autor).

Sobre as necessidades fisiológicas, a gente, a gente procura um bar a maioria que vê a gente sujo fedido não deixa, entrar não deixa né?, quando a gente vai chegando no bar ele já vem de encontro com a gente, entendeu?. Agora falando sobre refeição, a gente chega em cada restaurante pede um da outro não dá, outro xinga a gente né.... um fala olha eu te dou mas não venha mais aqui então o que a gente passa mais é... xingo e humilhações e sem comparação é humilhante é humilhante (Entrevistado D. Grifo do autor).

O entrevistado B, apresenta o preconceito da sociedade quanto a religião, preconceito esse, relacionado ao tipo de vestimenta que usa, e que as pessoas julgam sem saber quem foi ele. Já foi chefe de escritório como contador. A entrevistada C, expõe que ninguém os quer perto, por conta do mau cheiro, porque é velho, entre outros. Apontam que o preconceito e a discriminação acontecem quando entra em um estabelecimento, isso para o entrevistado é humilhante.

Assim, é visível que a intolerância, o desrespeito, o preconceito a discriminação, existe para essa população, as políticas públicas é um meio para minimizar e buscar a garantia de direito dessas pessoas enquanto cidadão.

Com isso, conforme discorrido na fundamentação teórica deste trabalho, a população em situação de rua seja ela idosa, não é reconhecida como cidadão, não são respeitados pela própria sociedade, como se fosse estrangeira dentro de seu próprio território (SANTOS; CORTEZ; OLIVEIRA, 2009).

Nesse sentido, o trabalho do assistente social é um campo que busca lidar com as desigualdades sociais, com a conquista dos direitos sociais (IAMAMOTO, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa permitiu realizar uma discussão sobre a população idosa em situação de rua e o acesso aos serviços de atenção ofertados pelas políticas públicas e também mostrar por meio de Censos a estimativa da população em situação de rua no Brasil.

Neste sentido, com a fundamentação teórica, foi possível compreender quais são os motivos que levam essas pessoas a ficar em situação de rua, conhecer as políticas públicas que são voltadas para atender essa população por meio de instituições.

A política de assistência social traz em sua organização e diretrizes a proposta de serviços de atenção específicos para a população em situação de rua. A saúde também elabora uma proposta relevante e pioneira com o Consultório na Rua. São serviços voltados à garantia de direitos específicos para esta população.

Os resultados apontam as dificuldades do processo de envelhecimento na rua, a luta pela sobrevivência, as violências enfrentadas no meio urbano com forte pressão para a higienização e expulsão da sociedade. Os entrevistados sobrevivem com renda insuficiente do Bolsa Família, e sem acesso à proteção social mais efetiva como o da previdência social. Ainda não possuem Benefício de Prestação Continuada, pois

apesar de estarem na faixa etária acima de 60 anos, não se enquadram nos critérios de serem portadores de deficiência ou ter 65 anos ou mais.

O assistente social é um dos profissionais que pode trabalhar com essa população na perspectiva de garantir os direitos dos mesmos, que muitas vezes assim como identificado nas análises, sofrem preconceitos, discriminações entre outros.

Na análise também foi possível identificar, a dificuldades dos entrevistados em conseguir um emprego formal, seja por motivos de doenças, por conta da idade, preconceito, entre outros. E isso pode ser uma dificuldade para estas pessoas que querem sair da rua, consiga de fato sair. Assim, os serviços de acolhimento nos quais os profissionais estão inseridos, como assistente social e outros, podem atuar na perspectiva de trabalhar, no sentido de trazer essa população aos serviços sociais, buscando estratégias para uma possível reinserção no mercado de trabalho, garantir seus benefícios e outros.

Considera-se, importante, que sejam realizadas pesquisas empíricas como também revisão de literatura sobre a população idosa em situação de rua. Há uma hipótese que eles são transferidos para instituições de longa permanência específicas para os que são considerados idosos. Então seria importante ter acesso a essas pessoas que viveram em situação de rua e foram para essas instituições.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 7.053, de 23 de Dezembro de 2009. Política Nacional para a População em Situação de Rua. 2009/2017.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 07 mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1 de Outubro de 2003 - Estatuto do Idoso. 2003/2017.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm. Acesso em: 23 set. 2017.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. 1993/2017.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm. Acesso em: 16 out. 2017.

BRASIL. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop, v.3, 2011.** Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf >. Acesso em: 27 out. 2017.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS, 2004.** Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS_2004.pdf > Acesso em: 23 nov. 2017.

BRASIL. **Política Nacional de Atenção Básica**, 2012. Disponível em: <<http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Brasília; Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7289/1/td_2246.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 9 jun. 2018.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – FIPE. Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social-SMADS/ prefeitura de São Paulo. **Censo da população em situação de rua da cidade de São Paulo**: 2015 resultados. 2015, p.1-10. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/observatorio_social/2015/censo/FIPE_smads_CENSO_2015_coletivafinal.pdf>. Acesso em: 15. mar. 2018.

CONCELHO FEDERAL DO SERVIÇO SOCIAL - CFESS. Contribuições privativa Do/A Assistente Social em questão. In: IAMAMOTO, M. V. **Projeto Profissional, espaço ocupacional e trabalho do (A) Assistente Social na atualidade**. 1.3 – A questão social “matérias” do Serviço Social. Brasília, 2012.

GERHARDT, T. E. et al. Estrutura do projeto de pesquisa. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. cap.4, p. 65-88. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. In: _____ . (Org.). **Como elaborar projetos e pesquisas?** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 41-57.

GUTIERREZ, B. A. O. Reflexões bioéticas sobre o processo de envelhecimento e o idoso morador de rua. **Estudo. Interdisciplinar. envelhecimento.**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 187-205, 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/RevEnvelhecer/article/view/7537/9314>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

IAMAMOTO, M. V. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. In: I. O Serviço Social na Contemporaneidade, 3. Questão Social e Serviço Social. In: **Trabalho e Serviço Social**: o redimensionamento da profissão ante as transformações societárias recentes. 4. Em busca da consolidação do projeto ético-político do Serviço Social na contemporaneidade. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MACHADO, T. **População em situação de rua e sociedade**: uma relação marcada por preconceito e estigma. Trabalho de Conclusão de Curso, Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2014. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/30409080.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2017.

MARCHESINI, I. G. RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS GERAIS DO MUNICÍPIO. In: **RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS**. Campinas, 2016, p. 08-15. Disponível em: <[15](https://smcais-</p></div><div data-bbox=)

[vis.campinas.sp.gov.br/sites/smcais-vis.campinas.sp.gov.br/files/arquivos/relatorio de informacoes sociais campinas - 2016_0.pdf](http://vis.campinas.sp.gov.br/sites/smcais-vis.campinas.sp.gov.br/files/arquivos/relatorio_de_informacoes_sociais_campinas_-_2016_0.pdf)>. Acesso em: 3 dez. 2017.

MINAYO, M. C. de. S. Técnicas de Pesquisa. In: _____.(Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9. ed. São Paulo: Hucietec, 2006. cap. 10, p. 261 - 302.

NETTO, M. P. **Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada**. São Paulo: Atheneu, 2005. p.13 -75.

PALLO, S. H. L.; ASSIS, M. de. Instituições de longa permanência para idosos - ILPIS: desafios e alternativas no município do Rio de Janeiro. **Revista. Brasil. Geriatria. Gerontologia**, v. 16, p. 37- 45, 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/4038/403838777004.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

SANTOS, A. L. dos; CORTEZ, A. S.; OLIVEIRA, M. H. de. **A Contribuição do Serviço Social na Perspectiva de Inclusão Social da População de Rua**, 2009, p. 07-14. Artigo. Faculdade Integrada Eufrásio de Toledo. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/SeminarioIntegrado/article/viewFile/900/875>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

SILVA, M. do. R. de. F. e. Envelhecimento e proteção social: aproximações entre Brasil, América Latina e Portugal. **Serviço Social**, São Paulo, n. 126, p. 215-234, mai/agos. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n126/0101-6628-sssoc-126-0215.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

SILVEIRA, F. Enxergando o Invisível: Desafios Metodológicos de uma (re) Construção do olhar. In: CUNHA, J. V. Q. da.; RODRIGUE, M. (Org.). **Rua aprendendo a contar Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009, p. 40-59.

TIENE, I. **Mulher moradora na rua: espaços e vivências**. 2000. Dissertação (Mestrado Serviço Social)-Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000, p.171.

TIENE, I. Considerações finais. In: _____. (Org.) **Mulher moradora na rua entre vivências e políticas sociais**, 2004, p. 149-158.

VIEIRA, M. A. da. C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. **População de rua: quem é, como vive, como é vista**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 181.

WICHMANN F. M. A; et. al. Grupos de convivência como suporte ao idoso na melhoria da saúde. **Revista. Brasil. Geriatria. Gerontologia**, Rio de Janeiro, v.16, p. 821-823. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v16n4/1809-9823-rbgg-16-04-00821.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2017.